



ANAIS

II REUNIÃO DE
ANTROPÓLOGOS
DO NORTE
E DO NORDESTE

Mestrado em Antropologia
UFPE

UFPE / CNPq / FINEP / ABA

RECIFE, 1991

Comissão organizadora

Coordenador - Parry Scott (UFPE)

- Integrantes -
- Fátima Quintas (FUNDAJ)
 - Judith Hoffnagel (UFPE)
 - Luiz Cavalcanti Lacerda (UFPE)
 - Maria do Carmo Brandão (UFPE)
 - Janirza Cavalcante (FUNDAJ)
 - Maria do Carmo Brayner (UFPE)
 - Maria do Carmo Vieira (UFPE)
 - Sônia Maria Barbosa (UFPE)
 - Maria Auxiliadora Ferraz de Sá (UFPE)
 - Regina Batista e Silva (FUNDAJ)

Comissão regional

- Ceclia Sardenberg (UFBA)
- Luiz Mott (UFBA)
- Nádia Fernanda M. de Amorim (UFAL)
- Beatriz Gois Dantas (UFSE)
- Josefa Salete B. Cavalcanti (UFPB-C. Grande)
- Maria Angélica Maués (UFPA)
- Anafza Vergolino (UFPA)
- José Ademir G. Ramos (UFAM)
- Alexandre Correa (UFMA)
- Ismael Pordeus (UFCE)
- Rosemary Ribeiro (UFPI)
- Nássaro Nasser (UFRN)
- Clodomir Monteiro (UFAC)

COORDENADORA DO MESTRADO EM ANTROPOLOGIA - UFPE
GÍSÉLIA FRANCO POTENGY

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UFPE
CELINA RIBEIRO HUTZLER

Reunião de Antropólogos do Nordeste e do Nordeste
(2 : 1991 : Recife)

Anais / IIª Reunião de Antropólogos do Norte e do
Nordeste. - Recife : UFPE; Brasília : CNPq; Rio de Ja-
neiro : FINEP/ABA, 1991.

- p.

1. Antropologia. - Anais 2. Antropologia - Encon-
tro I. Título

306 CDD(9ª ed.) 39:06.055.5 CDU¹

ETNOHISTÓRIA E DEFESA DOS DIREITOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS

Maria Hilda Baqueiro PARAÍSO*

HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA – A DIFÍCIL UNIÃO DE DUAS PROPOSTAS

Poderíamos dizer que as relações entre História e Antropologia têm sido ou de profunda e íntima associação ou de rejeição. Só em tempos muito recente, ao que parece, chegou-se a um ponto de concordância aparentemente estável e produtivo: a Etnohistória. Foi apenas com o surgimento da Nova História e com a nova postura da Antropologia que a conciliação interdisciplinar enriquecedora para ambos os ramos do conhecimento, pode dar-se.

Para sintetizar o nosso pensamento, iremo-nos ater à realidade vivida pela Antropologia brasileira, que centrou o seu foco de análise na questão indígena. Talvez não seja demasiado afirmar que a Antropologia no Brasil só recentemente se preocupou em resgatar a ótica das populações indígenas sobre o processo histórico que viveram ao longo de todos esses anos de contato.

Preocupados, inicialmente, com estudos aculturativos, os antropólogos brasileiros, até a década de 60, ignoraram os aspectos históricos inerentes às relações estabelecidas entre as sociedades envolvidas nesse processo social.

Após os trabalhos de Roberto Cardoso de Oliveira, com sua teoria de Fricção Interétnica, estes aspectos começaram a ser aprofundados, e as questões relativas à identidade étnica, resultantes dessas relações, passaram a ser objeto central do estudo dos antropólogos. Já nesse momento podemos constatar a forte influência da teoria estruturalista, que se intensificaria a partir de então.

Alguns trabalhos iniciais foram desenvolvidos nas décadas de 60 e 70 e procuravam aprofundar alguns pontos, desenvolvidos exaustivamente quanto à coleta de dados na obra de Darcy Ribeiro (*Os Índios e a Civilização*).

* Professora Adjunto III, UFBA.

A partir da década de 80, os estudos de Etnohistória Indígena aimp. ram-se no Brasil, e a criação de um Grupo de Trabalho na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) permitiu o incremento de novas análises e troca de informações sobre dados e fontes.

Excetuando-se os trabalhos desenvolvidos no campo antropológico, apenas a Historiografia oficial trata da questão indígena. Porém, a ótica expressa nestes trabalhos é da sociedade dominante: a imagem do Índio é obliterada a partir do momento em que o grupo é dominado e aldeado, ou até mesmo massacrado.

Sabemos que a história desses grupos não se interrompe aí, perdurando, em muitos casos, até os nossos dias. Mas a sua existência é ignorada, por ser tida como irrelevante para o contexto da informação, não é incorporada. Poderíamos arrolar inúmeras razões para tal fato. Destacaremos três que nos parecem mais significativas: a questão da produção ideológica do conhecimento histórico, o desprezo da Historiografia oficial pelas fontes não documentais e a despreocupação com a imagem e o destino das populações indígenas.

O caráter ideológico da produção histórica tradicional é um fenômeno comum a toda produção científica humana. Porém, no caso da Historiografia oficial, no contexto da sua produção, o tratamento dispensado às minorias étnicas é evado de estereótipos negativos, e a análise descuida-se de eliminar esses fatores preconcebidos. O resultado é uma visão distorcida da realidade que redunde numa justificação do "direito à conquista e à dominação". A ruptura e o resgate da outra visão torna-se, no mínimo, uma obrigação científica.

Esta postura alia-se ao desprezo pela história oral. A desconsideração desta importante fonte de informação dá-se como resultado da pretendida objetividade dos trabalhos elaborados. Acredita-se que as fontes documentais escritas eliminam possíveis distorções devidas às interpretações pessoais, possivelmente contaminado pela ótica individual e por falhas na memorização dos fatos. No entanto esta posição parece ignorar que as mesmas falhas ou incorreções podem ser atribuídas às fontes escritas, já que o autor não está isento de semelhantes problemas na produção do documento.

A Etnohistória, como método de trabalho, busca aquelas inerentes a sua análise. Ao combinar as diversas fontes históricas com o trabalho de campo etnográfico entre os atuais membros da sociedade indígena o que se procura é apresentar uma história globalizante com a incorporação dos aspectos sócio-culturais à análise. O trabalho de campo dá outra dimensão à produção do etno-historiador, permitindo-lhe um aprofundamento e o questionamento dos testemunhos documentais. Só assim poder-se-á perceber os fatos históricos na perspectiva da comunidade indígena e não apenas na dos administradores, mesmo que se trabalhe com documentos elaborados pelos representantes da sociedade dominante. Um dos objetivos a ser alcançado é o de avaliar o impacto da prática colonial sobre as populações indígenas. Como chama a atenção Sahlins (1990) "do que as sociedades tradicionais que os antropólogos habitualmente estudam são submetidos a mudanças radicais, impostas externamente

pela expansão europeia ocidental, não é possível manter a pretensão de que o funcionamento dessas sociedades está baseado em uma lógica autônoma".

Outra preocupação é a de construir indutivamente, a partir de fragmentos de informações, um quadro do funcionamento do sistema interétnico e suas peculiaridades. Usaremos, mais uma vez, Sahlins (ibidem). "essa proposição resulta de uma confusão entre um sistema, tornando-se incapazes de dar conta da diversidade de respostas locais ao mundial, em especial daquelas que conseguem persistir em seu rastro.

A própria teoria do sistema mundial faz concessões à preservação das culturas satélites. Mas se assim for, e adotando o ponto de vista alternativo dos chamados povos dominados, a riqueza europeia está atrelada à reprodução e até mesmo à transformação criativa da ordem cultural desses povos".

Esta reconstituição é-nos dificultada por não termos podido observar o funcionamento do sistema nos seus vários momentos, formulando questões relativas à população e observando seu comportamento no contexto de experiências vivenciadas. Vemo-nos, assim, restritos às fontes documentais e à memória do grupo.

No caso das fontes documentais, somos obrigados a questionar, de forma consequente, os documentos e os memorialistas. Devemos não apenas nos preocupar, como faz o historiador tradicional, com quem escreveu, mas também porque escreveu, e inserir o documento num contexto mais amplo da política administrativa da sociedade dominante num dado momento de sua história. É necessário, ainda, identificar as categorias do administrador (da mesma forma que devemos atender os sistemas indígenas), o que implica numa compreensão da sua cultura e sociedade. Outro elemento a ser considerado é pertinência do autor a um determinado grupo social específico, com seus valores, interesses, educação e ideologia próprias além das alianças e compromissos por este grupo.

Curtins (1964) resume outros tópicos de forma concisa. Sobretudo é preciso saber como foram coletados os dados e informações; quais as sociedades que eram usadas como força de trabalho; quais as noções desenvolvidas pela sociedade dominante sobre os indígenas e em que estavam erradas; como elas influíram nas decisões e observações e como estas decisões baseadas em noções errôneas afetaram as populações dominadas.

É fundamental acrescer às fontes documentais as informações guardadas pela comunidade na sua tradição oral que cobrem uma ampla variedade de temas e assuntos os quais devem ser confrontados com os dados obtidos através de outros métodos. Na consideração desta importante fonte, alguns cuidados merecem atenção especial. Os relatos orais têm a função específica de fortalecer a coesão social entre os grupos que compõem a sociedade, justificando alianças e rupturas. Daí porque, às vezes, nos defrontamos com relatos conflitantes. Isto nos obriga a identificar a função que desempenham no atual contexto para que se tornem compreensíveis no da nossa análise.

Portanto a complementariedade do trabalho de campo é essencial ao sucesso do trabalho do etnohistoriador. É através da experiência da observação

sistemática entre as populações vivas, que se obtém a descrição e análise do sistema social. É no trabalho de campo que o etnohistoriador encontra os elementos mais significativos do funcionamento de uma sociedade, dados impossíveis de serem obtidos nos documentos.

AS DIFICULDADES DE REALIZAR O TRABALHO

O trabalho do etnohistoriador brasileiro é cheio de precalços e armadilhas. Referimo-nos rapidamente aos que consideramos como mais graves: a situação dos arquivos brasileiros, a "construção" da memória dos povos indígenas, particularmente entre os ditos "integrados", a falta de recursos e a pouca credibilidade dada aos trabalhos.

Nossos arquivos, quando existem fora das capitais dos estados (a maioria foi queimada para dar espaço a "coisas mais importantes"), são caóticos e sem qualquer sistematização, quase inviabilizando as pesquisas. Mesmo os das capitais deixam muito a desejar quanto à sua organização e facilidade de acesso. A má sistematização dos documentos torna o trabalho do pesquisador uma verdadeira e lenta garimpagem de nem sempre felizes resultados.

A questão da memória indígena é permeada pelas condições psicológicas e sociais vividas por essas populações, que sofrem todo o tipo de pressões e desencontros quanto à socialização dos seus membros. Jogadas num caminho sem volta de contato intenso, miscigenação e de incorporação cultural de novas experiências históricas, as comunidades indígenas vêem-se em verdadeiros dilemas quanto a reprodução da história do grupo. A prática da política indigenista brasileira é a de destruir esta memória tribal, pois ela é vista como um obstáculo à proposta integracionista, que está contraditoriamente expressa no artigo 1º do Estatuto do Índio (Lei 6001) juntamente com a declaração da intenção de preservar a cultura indígena.

Os trabalhos etnohistóricos, na verdade, sequer são objetos de grandes investimentos por órgãos financiadores que os consideram pouco relevantes, questionáveis e sem qualquer sentido, como se fossem simples reminiscências saudosistas de antropólogos inconformados com o progresso e a "integração" dos índios à sociedade nacional. Portanto, as dificuldades de realizar tais trabalhos (que geralmente, terminam por ser dispendiosos por implicarem deslocamentos vários e permanências demoradas, seja em arquivos de outros estados ou em campo) são imensas e, às vezes, intransponíveis. Isto sem sequer nos reportarmos às indispensáveis visitas a arquivos internacionais, onde o imprescindível material se encontra "perdido" para nós.

A solução destas dificuldades torna-se mais premente para o pesquisador quando o seu trabalho tem como objetivo prático a defesa dos direitos dos povos indígenas em Ações Judiciais que visem garantir o reconhecimento de sua identidade, a assistência oficial e a posse das terras que pleiteiam reaver para sobreviver física e culturalmente. Particularmente, refiro-me a questão da elaboração de Laudos Periciais Antropológicos.

LAUDOS PERICIAIS E ETNOHISTÓRIA

Os Laudos Periciais Antropológicos e os etnohistóricos para as comunidades indígenas que habitam no Nordeste brasileiro envolvem sempre questões que só podem ser corretamente respondidas por alguém que maneje, com habilidade e conhecimento, a Etnohistória.

As questões-chaves dos Laudos Periciais centram-se na comprovação de "ascendência" dos atuais remanescentes e da posse imemorial do território pelo grupo indígena, ou seja, a questão das provas históricas da presença continuada do grupo indígena na área que pleiteia.

A primeira envolve uma discussão detalhada sobre cultura, sua dinâmica, identidade étnica, reprodução social e socialização, além do desmascaramento do conteúdo racista embutido na questão formulada. A questão da mestiçagem, que vem acoplada às questões sobre identidade de forma explícita ou não, exige uma análise teórica sobre exogamia, estoque genético, casamentos interétnicos e alianças interétnicas, vistos nas perspectivas do contacto interétnico específico do grupo em pauta, exigindo, mais uma vez, que se trabalhe e se reafirme a desvinculação entre raça e cultura.

A idéia de "pureza de raça" está intimamente associada à de "pureza cultural" e, conseqüentemente, à imagem estereotipada de Índio. A discussão sobre a dinâmica cultural e sua inevitabilidade em qualquer sociedade humana viva deve estar sempre acoplada à idéia de existência de uma cultura de contato e aos métodos impositivos desenvolvidos pela sociedade nacional para garantir a "integração" do Índio à sociedade dominante. É importante, inclusive, sempre que possível, demonstrar historicamente, a partir da realidade do grupo, como se deu tal processo de dominação sócio-cultural.

Trazer a discussão da identidade étnica para o âmbito da Antropologia, desvinculando-a de qualquer ligação com a Biologia é outra questão relevante. Levá-la para o campo das diferenças culturais que, ao persistirem, deixam de ser apenas modos diversos de atuação e ordenamento do mundo para terem um significado simbólico da alteridade social construída e conscientizada sem reificarmos a cultura, é o meio de fortalecermos nossos argumentos sobre a mutabilidade e a dinâmica cultural.

Quanto a segunda questão - a Imemorialidade da posse indígena - o problema centra-se na discussão sobre a fidedignidade das fontes escritas e orais, que, na maioria das vezes, são contraditórias entre si.

Para a nossa sociedade, as fontes escritas, portanto produzidas por agentes da sociedade dominante, são de grande veracidade. A análise crítica da ideologia do autor do documento e de seus interesses em fornecer tal versão é considerada como dispensável. É como se o fato de ser escrito, e por "brancos", lhe garantisse a sonhada neutralidade axiológica. Particularmente se corrobora a versão que beneficia os ocupantes das áreas indígenas.

O questionamento sobre a veracidade das fontes documentais - quando favoráveis aos Índios - é constante, como se o antropólogo fizesse uma seleção prévia e comprometida do que deve ou não ser citado. O especialista é, então,

colocado sob suspeita como comprometido com a causa indígena e, portanto, um elemento não confiável. É a dubiedade do papel de cientista e ativista que marca o trabalho de todo aquele que envereda por tais caminhos (vide Ramos, 1990, dat).

Outro agravante no uso das fontes documentais escritas é o de não cobrirem o período anterior à penetração do território indígena por nacionais, o que cria, muitas vezes, dificuldades no trato da questão. Há dois tipos de soluções, mas nem sempre concretizáveis: recorrer a informações arqueológicas e à história oral como grandes suportes.

O uso de dados arqueológicos raramente é possível, seja pela ausência deste ou pela demora na sua obtenção para efeitos de Laudos, para os quais os prazos judicialmente determinados são inexoráveis. Quanto ao uso da história oral do grupo, apresentam-se outros problemas. O primeiro deles é a falta de credibilidade que se atribui a esta fonte. O outro é a imprecisão de pontos referenciais que permitam situar espacialmente a narrativa e correlacionar pontos geográficos como o momento histórico em que o grupo ali viveu, o que seria ideal.

Tais dificuldades nem sempre conseguem ser solucionadas, obrigando o etnohistoriador a usar com parcimônia e muito cuidado a tradição oral do grupo. O grande achado estratégico para o antropólogo é encontrar informações da tradição oral do grupo que se cruzem e sejam confirmadas pelas fontes documentais escritas, o que quase nunca ocorre com a frequência desejada.

Gostaríamos ainda de considerar o fato de que a tradição oral, é, muitas vezes, uma construção sócio-política elaborada pela sociedade indígena de acordo com as necessidades e o momento histórico vivenciado pelo grupo, exigindo do especialista uma seleção acurada sobre a propriedade do seu uso. Nem sempre o que é politicamente válido o é em termos científicos. Estas duas instâncias deveriam sempre se interpenetrar, porém, isto não ocorre necessariamente na prática cotidiana do antropólogo.

ETNOHISTÓRIA E O RESGATE PARA USO ESCOLAR

Outro campo que se nos afigura de suma importância para o uso da Etnohistória é o seu uso nas escolas, sejam elas da sociedade dominante, sejam das indígenas.

Nas primeiras parece-nos que o espaço a ser ocupado é o de questionar de forma cabal e frontal os equívocos, omissões e distorções que são repassados aos alunos por nosso sistema educacional. Particularmente, nos livros de História Regional é fundamental que sejam relevados os verdadeiros processos de conquista, dominação subordinação, estratégias de sobrevivência, direitos das populações indígenas, sua contribuição econômica no processo de construção regional, para que não só se dê a real dimensão da presença indígena, mas também se permita aos alunos melhor conhecerem a verdadeira face da sua sociedade.

No entanto, é nas escolas indígenas que consideramos Etnohistória como

fundamental para a construção de uma identidade indígena e sempre presente. O que se observa, porém, é que os alunos indígenas que em algumas fontes das escolas, sendo informados e sensibilizados de todo o processo de povoamento da região, têm dificuldade de entender a conquista do território indígena e, por isso, o passado deste povo perde-se nas teorias das rupturas dos processos de socialização provocadas pelos traumas das relações interétnicas.

Devolver às populações indígenas o resultado das pesquisas sobre a história do grupo através da formulação de cartilhas é dar um sentido maior ao resgate para que possam formar e socializar seus membros de forma que melhor compreendam a sua atual posição na sociedade em que vivem, as razões de seus sucessos e fracassos, valorizem a sua luta e descubram novas estratégias de sobrevivência.

CONCLUSÃO

Este trabalho é, na verdade, um conjunto de reflexões de cunho bastante particular e pessoal sobre o trabalho do etnohistoriador e sua importância na luta das comunidades indígenas pelos seus direitos.

Considero que o trabalho deste especialista, que só agora vai encontrando o seu espaço e reconhecimento, é de suma importância por permitir inovar os estudos da Antropologia e História tradicionais, revelando aspectos de fundamental importância para a compreensão dos mecanismos de dominação/subordinação desonvolvidos nas relações interétnicas vistas numa perspectiva histórica do dominado. A própria identificação das práticas de dominação e as catástrofes de resistência dos subordinados permitem-nos reanalisar questões postas de forma tradicional pela Antropologia e História.

Entretanto consideramos importante ter consciência de que o trabalho realizado não é uma proposta inocente de, ao combinar fontes documentais escritas e orais, ter alcançado a verdadeira e única versão do fato histórico, isento de máculas e interpretações. É apenas mais uma versão possível, aquela que, apesar de possível, nunca se fez ou se faz porque contraria as normas, os interesses e os valores da sociedade dominante, excluindo aos dominados a possibilidade de possuírem igual ferramenta para garantirem a socialização adequada dos seus membros, para defenderem seus interesses e reproduzirem socialmente a sua comunidade.

Mais uma vez, usaremos Sahlins (op. cit): "história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente, porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURTINS, Philip. *The Image of Africa: British Ideas and Action (1780-1850)*. Madison University of Wisconsin Press, 1964.

RAMOS, Alcida M^a. **Desenvolvimento e Direitos Humanos: ... Responsabilidade do Antropólogo**, mimeo, 1990.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de Histórias**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora Ltda, 1990.